

OS DESAFIOS DA AUTOGESTÃO EM UM EMPREENDIMENTO INFORMAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SUZANNY CARLA SANTOS ALMEIDA¹

LARISSA OLIVEIRA LIMA ²

MARIA ADRIELE LOPES ROCHA³

LIZANDRA ARAÚJO SILVA

Fomento: Chamada CNPq/MTb-SENAES No 27/2017 - Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.

GT 8 – Desafios da autogestão

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir uma das experiências da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL), Campus Arapiraca, em que foi realizado o trabalho de incubação de um grupo de feirantes que disponibiliza, desde agosto de 2017, a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar no Campus. O grupo vem sendo acompanhado desde a sua idealização até a elaboração das regras que disciplinam seu funcionamento, com respeito aos princípios da autogestão, solidariedade e valorização do trabalho. A metodologia utilizada baseou-se na observação participante e em entrevistas não estruturadas com integrantes do grupo, coletando-se aspectos de suas vivências e expectativas. Como parte do processo de incubação, vêm sendo realizadas rodas de conversa nas quais são construídas coletivamente as regras de convívio e funcionamento do empreendimento solidário. Ademais, espera-se contribuir com o debate acerca dos desafios associados à autogestão desses empreendimentos.

Autor 1- Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Pesquisadora na Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL) e docente na Faculdade Uninassau (Unidade Arapiraca). E-mail: suzanny.carla@gmail.com;

Autor 2 - Graduanda do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas e Bolsista da ITES/UFAL; E-mail: l1arissaoliveira1@gmail.com

Autor 3 – Graduanda do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas e Bolsista da ITES/UFAL. E-mail: lopesdriii@gmail.com

Autor 4 – Graduanda do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas e Bolsista da ITES/UFAL; E-mail: lizaraujosva@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1980 e 1990, o Brasil sofreu uma crise econômica que teve como consequência, por exemplo, a diminuição dos postos de trabalho, o que ocasionou diretamente em altas taxas de desemprego, aumentando a exclusão social e a marginalização do empregado. Segundo o estudo de Pochmann (2001), o país teve, neste momento, a crise mais grave já existente no Brasil, conseguindo ser maior, inclusive, do que a depressão econômica de 1929.

Nesse sentido, tendo em vista o trabalho não assalariado, com melhores condições de trabalho, surge a economia solidária, é possível perceber:

“que a relação econômica da economia solidária não existe sem a dimensão social e sua própria existência é um ato político em contraposição ao que rege as relações do capitalismo. A economia solidária tem em sua prática valores sociais e políticos para além de sua viabilidade econômica, que são os laços de reciprocidade, de confiança e de solidariedade” (Dubeux, Medeiros, Vilaça, Santos. 2012 p.26).

Isto é, a economia solidária busca desenvolver um determinado território através da autogestão, cooperação e todos os princípios essenciais em um empreendimento solidário, indo contra os princípios do capitalismo.

É nesse contexto que surgem as incubadoras tecnológicas de economia solidária, as quais são incubadoras das mais diversas universidades, com o propósito de auxiliar, através de ensino, pesquisa e extensão, os grupos produtivos voltados para a economia solidária, tais como feiras de agricultura familiar.

A experiência da feira de agricultura familiar de Igaci - AL surge no ano de 2015, pautada nas práticas de agroecologia, economia solidária, alimentação saudável, sendo assim, um modelo alternativo de produção. De acordo com NAVAS (2014), as práticas da agroecologia incluem a produção orgânica, biodinâmica, natural, sistemas agroflorestais, agroecológica e permacultura. (ITES, 2016)

Tempo depois, surge a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, que tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento territorial através da incubação de redes locais de economia solidária por meio de tecnologias sociais e gestão coletiva dos bens comuns voltadas às necessidades e potencialidades das comunidades.” (ITES, 2016)

Assim, a ITES/UFAL inicia o processo de incubação da feira de agricultura familiar de Igaci - AL, no ano de 2017, ao ver o potencial do grupo, surge a ideia de levar a feira para a universidade, ou seja, ter uma barraca de lanches agroecológicos no Campus. À priori, se

tem uma resistência dos feirantes, porém, ao ver os benefícios que aquele ponto comercial trazia para quem estava disposto a ir, ocorre um rápido interesse por parte de todos aqueles que poderiam oferecer algum alimento.

A barraca que funciona há quase um ano, enfrenta alguns percalços desde o início, sejam problemas de convivência do grupo, da qualidade dos alimentos, do atendimento ao cliente ou, até mesmo, higiene. O presente artigo objetiva apresentar o estudo de caso, mostrando estes desafios da gestão coletiva e os planos de ações encontrados para solucionar tais obstáculos.

METODOLOGIA

Pode-se qualificar a abordagem deste estudo como qualitativa, visto que não é utilizado estatística na pesquisa. De acordo com Merriam (1998, p. 5) pesquisa qualitativa “é um conceito guarda-chuva cobrindo algumas formas de investigação que nos ajuda a entender e explicar o significado do fenômeno social com a menor quebra possível do ambiente natural”, além disso, Matias-Pereira (2010), coloca que a pesquisa qualitativa é considerada a relação entre o mundo real e o sujeito, que não requerem métodos estatísticos, apenas estudo minucioso do ambiente.

Esta pesquisa é, ainda, de natureza descritiva, conforme Gil (2001), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa realizada pode ser classificada quanto aos fins e quanto aos meios (VERGARA, 2005). Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva, pois descreve como o projeto surgiu, como é gerido, o tipo de gestão adotada, os problemas encontrados e as soluções adotadas. Quanto aos meios, a pesquisa pode ser caracterizada como bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica, pois para fundamentação teórica do trabalho foi realizada investigação sobre os assuntos pertinentes ao tema e aos objetivos da pesquisa. Estudo de caso, uma vez que Yin (2001), diz que o estudo de caso conta com técnicas como experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos, ele diz ainda que é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.

É importante ressaltar que as autoras trabalham há alguns anos prestando assessoria ao grupo da feira de agricultura familiar de Igaci, através da Incubadora Tecnológica de

Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas, sendo assim, possui relatos de experiências vividas por elas. Isto é, pode-se dizer que foi utilizado o método de pesquisa ação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor contextualizar o presente trabalho, será feita uma revisão de literatura com os principais termos que o subsidiará.

INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com LEAL;

“A incubação tecnológica é uma experiência recente no Brasil e esteve voltada para o setor privado de mercado. A incubação no campo da economia solidária é ainda mais recente e difere substancialmente desta incubação de empresas privadas. No âmbito da Universidade, por exemplo, ela inaugura uma preocupação em dirigir o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direcionado ao mercado. Esse trabalho de incubação em economia solidária parece vir refletir ainda um novo momento da história do trabalho de assessoria à organização popular no Brasil que esteve fortemente ligado a algumas ONGs e instituições vinculadas a setores progressistas da igreja. Em certa medida, a incubação em economia solidária hoje parece reatualizar e (re)significar um certo número de práticas de assessoria aos movimentos sociais. Em especial, fortalece o apoio técnico em gestão que antes era praticamente ausente dos processos de formação política”.

A economia solidária se opõe ao que predomina no sistema capitalista, à medida que visa a solidariedade e cooperativismo para gerar renda à população excluída do sistema tradicional. Mas, de acordo com o mesmo autor, “Não obstante, persistem sérios desafios. Um risco fatal das iniciativas é a perda do seu espírito associativo e sua consequente degeneração. ” Assim, a incubação tecnológica de economia solidária visa o desenvolvimento.

AUTOGESTÃO

Para que os empreendimentos geridos pela economia solidária possam atuar de melhor maneira, é interessante que seja através da autogestão, a qual para RIGO (2014), “está relacionado com a busca por formas alternativas e coletivas de produzir e organizar o trabalho [...] No campo da gestão social, o termo autogestão refere-se à busca e à configuração de processos ou modos organizacionais justos e democráticos, onde os membros de uma organização coletiva (empreendimentos de economia solidária, por exemplo) estão engajados nos processos de tomada de decisão, atividades e controles organizacionais”. Assim sendo, entende-se que autogestão é uma forma de trabalho mais justa e solidária, na qual todos trabalham em busca de um mesmo ideal com a economia compartilhada, isto é, com retiradas, hierarquia e trabalho igualitários.

Para Singer (2000, p. 20), a autogestão;

“Duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre os interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer.”

Singer ressalta o que foi afirmado por RIGO (2014), no sentido de que se refere a processos democráticos, ao citar que todos devem participar das decisões do empreendimento. Nada se concentra nas mãos de poucos, pelo contrário, as informações estão disponíveis a todos os associados, isto é, não há dono nem empregado, todos lutam e recebem igualmente pelo sucesso do empreendimento. O processo de entendimento desta forma de trabalho é lento, visto que não há nenhuma outra iniciativa que funcione da mesma forma.

AGROECOLOGIA

Já a agroecologia pode ser entendida como uma prática em concordância com os princípios da economia solidária, ou seja, a agroecologia está ligada ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade. A associação da agroecologia com os agricultores familiares

reforça a abordagem territorial ao considerar a Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento social de territórios. Segundo NAVAS (2016), “A agroecologia não somente nos remete a pensar em estilos de agricultura menos agressivas ao meio ambiente, mas também como uma ferramenta que promove a inclusão social e propicia melhores condições de vida aos agricultores.”

ANÁLISE DO CASO

Contextualização sobre a feira

A feira da agricultura familiar e economia solidária da cidade de Igaci, localizada no agreste alagoano, teve início no ano de 2015, com o apoio da Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA), e tem como objetivo o fortalecimento da produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

Na cidade de Igaci, a forma como a sociedade se articula e participa de ações da comunidade é fundamental para o direcionamento das ações de desenvolvimento no município. Destacam-se associações comunitárias, associações de agricultores, grupos religiosos, ponto de cultura e cooperativa de crédito. E é com o apoio da AAGRA que a feira consegue se manter há três anos. A associação, é uma organização não governamental, que trabalha com projetos de desenvolvimento rural e sustentável, cursos de agroecologia, e entre tantos, a produção e comercialização solidária, onde o grupo da feira da agricultura familiar está inserido.

As mercadorias oferecidas variam entre hortaliças, frutas e verduras, além de alguns produtos de origem animal. É também oferecido uma variedade de lanches, como bolos, tapiocas, tortas, feitos com produtos da agricultura familiar, e quando não são da roça do próprio produtor, é da produção do companheiro de grupo, já que, como citado, a agricultura familiar preza por laços de solidariedade e cooperação.

De acordo com Cerveira e Castro (1998) os consumidores de orgânicos no país fazem parte de uma elite intelectual, e além disso, compõem uma classe de renda elevada. Os autores identificam ainda que os consumidores de alimentos de origem orgânica apresentam nível elevado de formação com aproximadamente 60% apresentando nível superior de escolaridade. Isso mostra um lado negativo para os feirantes da Agricultura Familiar e Economia Solidária, já que os dados observados no município são diferentes de outras pesquisas em relação ao perfil de consumidores de produtos de origem orgânica, que

geralmente pertencem às classes sociais A e B, os consumidores desta pesquisa pertencem à classe social E.

A Feira de Igaci consegue vender pela qualidade dos produtos oferecidos, e a maneira com que foram produzidos. Além disso, por se tratar de um município pequeno, todos se conhecem, isso gera uma relação de confiança entre vendedor e cliente.

Ponto de comercialização

A ITES foi convidada a participar do núcleo de gestão da feira de agricultura familiar de Igaci-AI, a partir deste acompanhamento o trabalho da ITES visou uma forma de aproximar a Universidade da comunidade, inspirados em casos de outras universidades como UFRGS e UFPB, foi pensado na implantação de um ponto de comercialização da agricultura familiar e economia solidária dentro da Universidade. O projeto visava implantar um espaço de divulgação e comercialização dos produtos da feira de Igaci, proporcionando a discussão sobre a qualidade, custo do produto, incubação de empreendimentos, e incentivo ao público acadêmico em consumir produtos de qualidade, que sempre foi uma dificuldade encontrada no campus, uma alimentação saudável, de qualidade superior às demais e preço acessível.

Uma das regras para a participação desta iniciativa é fazer parte do grupo da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Igaci. Ou seja, deve ser um feirante participativo em reuniões mensais, e com boas práticas de produção orgânica e solidária.

Assim, no mês de agosto de 2017, foi implantada a Tenda da Agricultura Familiar no Campus. Oferecendo lanches como tapiocas, bolos, tortas, sucos naturais e doces. Além dos lanches também são vendidos frutas, hortaliças e verduras, como manga, caju, acerola, macaxeira, feijão, alface, couve, entre outros. A implantação desta tenda só foi possível com uma parceria com a Universidade, que mostrou muito interesse em abrir as portas para a comunidade, e se comprometeu em ceder um quiosque para uma melhor estrutura e atendimento de qualidade.

Funcionamento do Ponto de comercialização

O funcionamento da tenda se dava de segunda à sexta, das 07:00 às 16:00 até o mês de janeiro de 2018. Porém, com muito incentivo e instruções, um dos feirantes resolveu ocupar o espaço da tenda nos horários das 16:00 às 21:00, oferecendo tapiocas, bolos e uma receita inovadora que faz muito o sucesso, o bolinho de goma com recheios de frango e legumes.

Há uma variação de feirantes presentes no atendimento durante a semana, e cada feirante pode levar suas produções para serem comercializadas. Ou seja, a cada dia um feirante leva seus produtos para serem vendidos na tenda, e assim todos conseguem aumentar sua renda e ajudar seus companheiros, de acordo com os princípios da economia solidária.

Desafios encontrados

A equipe ITES/UFAL, organiza quinzenalmente reuniões com os feirantes que compõem o ponto de comercialização, proporcionando espaço de formação e criando regras de convivência. Algumas dificuldades são encontradas neste processo, como a falta de registro de entradas e saídas na produção de cada um, problemas de convivência entre o grupo, produtos de má qualidade oferecidos aos clientes.

Estas complicações foram e são resolvidas com muita conversa e momentos de formação. É também elaborado momentos de interação entre o grupo a partir de dinâmicas. Toda a dedicação da equipe ITES tem valido a pena no sentido de que há uma melhoria em cada um dos feirantes em todos os sentidos. Por mais que seja algo sempre discutido e questionado, aos poucos o grupo se alinha nos padrões de qualidade exigidos pelos clientes.

Planos de ações aplicados para resolver os desafios

Com o surgimento dos desafios, foi necessário utilizar-se de novas ferramentas para conseguir contornar os desafios presentes no projeto.

A equipe responsável por assessorar o ponto de comercialização desenvolveu uma tabela simplificada de sobras e custos, uma ferramenta que foi feita para que os feirantes pudessem manter o controle, e poder ver a evolução da venda dos produtos, fazer análise da rentabilidade de cada produto, houve recusa por parte de alguns comerciantes, mas a insistência da equipe fez com que eles começassem a fazer a tabela, sendo difícil inserir essa prática como rotina na vida deles

Foi elaborada uma pesquisa de satisfação e aplicada para a clientela durante uma semana, todos os dias de atendimento. O questionário contava com perguntas sobre atendimento, higiene, qualidade dos produtos, sugestões de melhorias. E, em sua maioria, não houve respostas negativas sobre a qualidade dos produtos, mas ainda assim alguns clientes expressaram suas insatisfações com os lanches.

Apesar de ser algo negativo, serviu de motivação para o empenho e boas práticas promovendo as mudanças necessárias. Com isso, a equipe ITES programou um momento de

oficinas sobre formação de preços, técnicas de higiene, atendimento ao cliente. Foi sugerido um padrão para todas receitas, padrão nas formas também para que os produtos pudessem ser iguais ou o mais parecido possível uns dos outros independente de quem o preparou.

Para auxiliar na autogestão a ITES organizou uma visita a Ecolanches na UFPB, esse projeto é semelhante ao ponto de comercialização de agricultura familiar na Ufal, é uma cooperativa de mulheres de uma comunidade carente de João Pessoa- PB que também funciona dentro da universidade, fazendo comercialização de alimentos saudáveis e orgânicos. Participaram da visita três feirantes, o coordenador do projeto e uma das bolsistas que acompanham o projeto, a visita abriu um leque de novas possibilidades para equipe, na busca correção de alguns problemas encontrados seguindo o modelo da Ecolanches foi criado um acordo de convivências, além da criação das regras do projeto, facilitando a convivência e o funcionamento do ponto de comercialização.

Discussões e resultados

Com o auxílio da tabela de custos e sobra a equipe da ITES consegue fazer uma tabulação de gráficos mensais do que é produzido dentro da universidade pelo ponto de comercialização podemos observar na tabela 1 as tabulações de seis meses de funcionamento do projeto no período da manhã.

DEMONSTRATIVO PARCIAL DE FUNCIONAMENTO				
Análise de seis meses de funcionamento do ponto de comercialização da agricultura familiar na Ufal				
Meses	Valor total	Despesas	Sobras	
Novembro	R\$ 11.898,00	R\$ 3.242,75	R\$	8.482,25
Dezembro	R\$ 3.457,00	R\$ 880,50	R\$	2.090,50
Janeiro	R\$ 5.094,00	R\$ 1.298,75	R\$	3.795,25
Fevereiro	R\$ 8.436,50	R\$ 2.443,75	R\$	5.922,75
Março	R\$ 10.259,50	R\$ 2.844,50	R\$	7.415,00
Abril	R\$ 10.838,50	R\$ 2.985,00	R\$	7.853,50
Total	R\$ 49.983,50	R\$ 13.695,25	R\$	35.559,25

Tabela 1

Depois de quase um ano de tentativas a equipe da ITES finalmente consegue um quiosque para o funcionamento do projeto, juntamente com a para o-reitoria de extensão da UFAL, no qual foi feito uma cerimônia de inauguração para celebrar o feito alcançado.



Figura 1.

No dia da inauguração do quiosque todos os membros ganharam uma cópia do acordo de convivência criado durante as reuniões do grupo, ver anexo 1.

O projeto ganhou um nome, “Cozinha do Campo” escolhido por seus participantes, ganhou também uma identidade visual e o apoio de professores e técnicos da universidade para continuar a funcionar.

A chegada do quiosque trouxe novos desafios a auto-gestão, e atualmente o grupo se reuni quinzenalmente para conversar e solucionar possíveis problemas, o trabalho foi bem distribuído onde cada feirante pode vir oferecer seus produtos duas vezes na semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que, apesar dos feirantes já trabalharem juntos há cerca de 3 anos, ainda há problemas entre eles, o que é comum quando se lida com pessoas, além disso, a autogestão é um campo pouco explorado.

Porém, a ITES/UFAL acredita no tema e no público estudado neste artigo. Com isso, é importante desenvolver pesquisas e trabalhos na área para que possa resolver da melhor maneira os problemas identificados.

O acompanhamento feito diariamente com estes grupos traz benefícios não somente para os mesmos, mas também para a equipe que realizadora, o projeto vem tendo grandes momentos na história da ITES e da UFAL, e os novos desafios nunca param de surgir, a persistência da equipe deve ser algo frequente, para manter vivo o projeto.

Podemos perceber que a inserção de rotina e de ferramentas de autogestão na vida da feirante é algo que requer paciência, devendo-se criar um planejamento de ações para que o membro possa saber o que fazer sobre as dificuldades encontradas, mesmo com tudo aquilo que já foi adquirido, ainda é necessário aprofundamento e tempo nesse estudo.

Referencias

<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/mariana.pdf> <<Acesso em junho de 2018>>

http://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2017/assets/uploads/trabalhos/08052017_130816_5985f7fcb9d1.pdf << acesso em julho de 2018>>

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34829418/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1525474053&Signature=ICg8iwwWQrdsnaKI0p7zQ2Jt4ao%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dsetembro_outubro_O_Estudo_de_Caso_como_M.pdf << Acesso em julho de 2018>>

<http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/429.pdf> << Acesso em agosto de 2018>>

https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yinmetodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf << Acesso em agosto de 2018>>

<https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/374/367> << Acesso em agosto de 2018>>

<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>file:///C:/Users/Outros/Downloads/Marcos_Freitas_Le_Moal_versao_revisada.pdf << Acesso em agosto de 2018>>

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE IGACIALAGOAS: O PERFIL DO CONSUMIDOR; Nome do Autor e Coautores: Rafael Navas, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, Leonardo Prates Leal, Suzanny Carla Santos Almeida

RIGO, Ariádne Scalfoni. Autogestão. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 21-23.

ACORDO DE CONVIVÊNCIA

1ª Cláusula. O grupo adotará a denominação **COZINHA DO CAMPO – GRUPO SOLIDÁRIO**, com atuação na sede do projeto de extensão **COZINHA DO CAMPO**, situado na Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

2ª Cláusula. O grupo terá por finalidade o trabalho conjunto de seus componentes na produção e venda de alimentos.

3ª Cláusula. O grupo desenvolve atividade econômica sem caráter empresarial e com fidelidade aos princípios da Economia Solidária, destacando-se que seus componentes:

- a. Tem como compromisso difundir a agricultura familiar;
- b. atuam de forma igualitária, democrática, autogestionária e solidária;
- c. Tem como princípio a propriedade coletiva dos meios de produção utilizados no desempenho de suas atividades;
- d. Priorizam a melhoria das condições de vida de suas sócias e da comunidade em que vivem;
- e. Têm compromisso com a preservação do meio ambiente e com a valorização dos produtos, história e valores locais.

DEVERES DOS COMPONENTES

4ª Cláusula. São deveres dos membros do grupo:

- a. Esforçar-se para conviver em harmonia e união, evitando agressões pessoais e atitudes desrespeitosas com os demais;
Zelar pela amizade e solidariedade, cuidando para que todas e todos sejam tratados e tratados com igualdade e respeito, na medida em que compartilham da mesma importância para o trabalho coletivo;
- b. Agir de maneira honesta e transparente, zelando conjuntamente pela justa divisão do trabalho e dos seus ganhos;
- c. Alertar o colega sobre alguma atitude que seja proibida por esse acordo ou pelo projeto;
- d. Levar dificuldades de convivência para discussão e decisão do grupo reunido em assembleia;
- e. Cumprir suas obrigações e horários de trabalho;
- f. Cuidar de sempre justificar, com antecedência, eventuais faltas ou atrasos, de modo que o grupo possa se reorganizar, evitando o prejuízo para o trabalho realizado;
- g. Atender as normas de higiene e segurança no preparo dos alimentos e no atendimento ao público;
- h. Tratar com delicadeza e atenção as pessoas que se relacionam com o grupo, zelando sempre para que os serviços sejam prestados da melhor maneira possível, de modo que todo o grupo seja respeitado em seu trabalho;

i. Cada participante deverá deixar sempre para o fundo do Projeto a quantia de R\$ 5,00 por dia de trabalho.

5ª Cláusula. Em caso de descumprimento de dever por parte de componente do grupo, serão aplicadas as seguintes punições:

a. Caso os produtos cheguem ao quiosque com má qualidade, não poderão ser vendidos e a pessoa levará uma advertência verbal durante a reunião quinzenal (a advertência não poderá de forma alguma humilhar o feirante, só esclarecer a situação);

b. O feirante que pegar nos produtos diretamente com as mãos, que não usar avental e touca, receberá primeiro uma advertência verbal e, se o problema continuar, será afastado de suas obrigações por uma semana. Persistindo o problema, será expulso;

c. O feirante que faltar e não comunicar a falta, se justificando, receberá advertência verbal. Se o problema continuar, será afastado de suas obrigações por uma semana. Persistindo o problema, será expulso.

d. No caso de descumprimento de qualquer cláusula do acordo de convivência o feirante receberá primeiramente uma advertência verbal, se o problema persistir pela segunda vez será desligado do projeto por uma semana, e se mesmo assim ainda continuar será expulso do projeto.

REGRAS DO PROJETO

6ª Cláusula.

a. O feirante deverá estar vinculado a um grupo de produção da AAGRA.

b. Haverá reuniões quinzenais com os feirantes e o pessoal da ITES para discutir o funcionamento e desenvolver estratégias de melhorias para o funcionamento do empreendimento.

c. O cardápio não poderá ser mudado sem conversa em reunião.

d. O feirante deve atualizar a planilha de custo sempre que os preços forem modificados.

e. Os feirantes devem fazer a prestação de contas de tudo que é produzido, vendido, todos os custos de produção, e todo o rendimento do projeto.

f. trabalhar sempre em busca de promover a solidariedade e propagação da agricultura familiar e agroecologia de acordo com os preceitos da feira da agricultura familiar da AAGRA.

g. Caso haja descumprimento destas cláusulas acima o feirante deixa de se encaixar nos parâmetros do projeto devendo ser excluído do mesmo.

7ª Cláusula. Esse acordo de convivência é um complemento ao regimento que rege os feirantes da agricultura familiar de Igaci-Al.

E, por estarem assim acordadas lavram este instrumento em 07 vias de igual teor, que serão assinadas por todas as componentes.

